

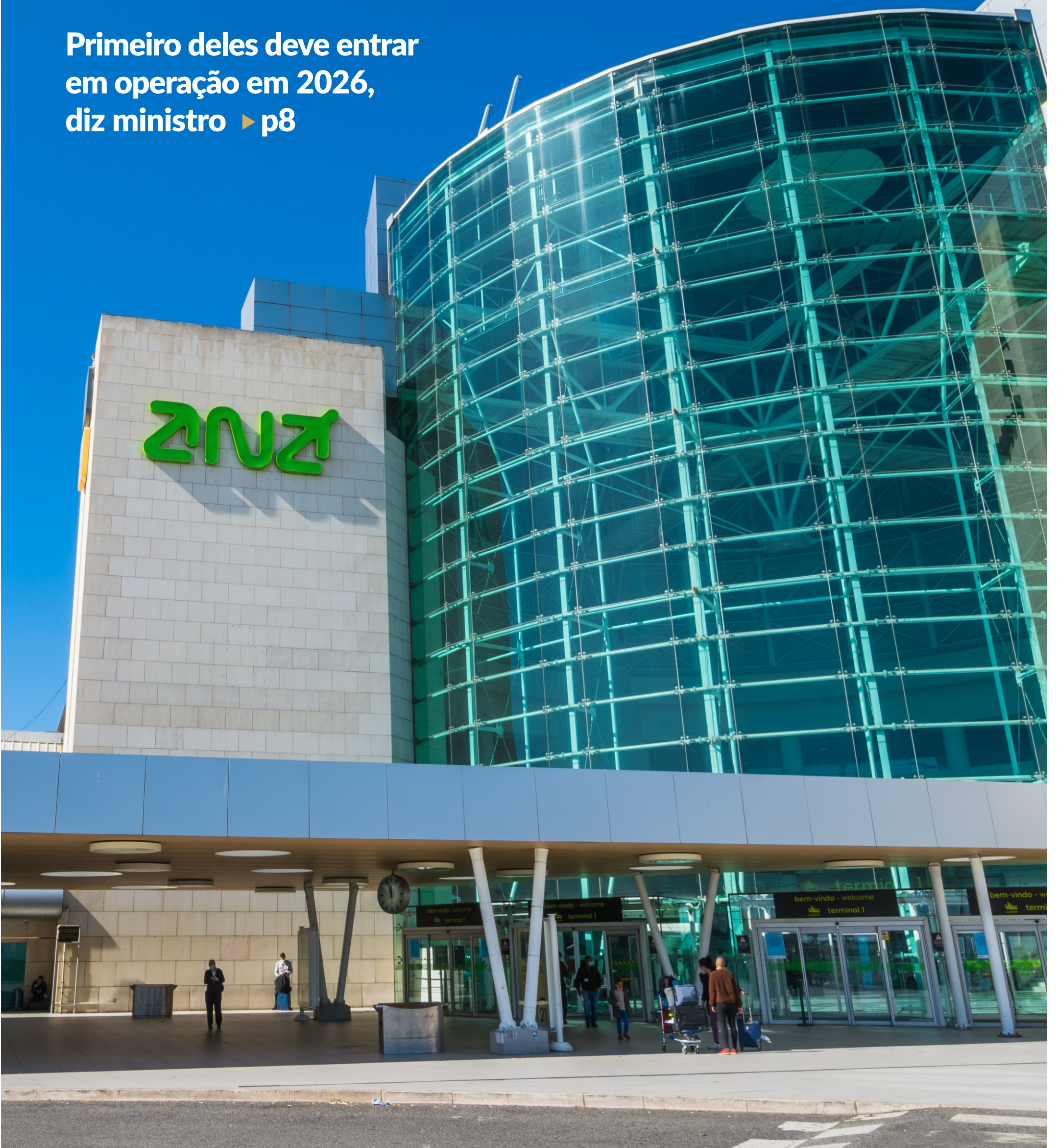
HUB Polo Industrial de Manaus amplia faturamento em 8,96% ▶ **p3**

PORTOS Novos TUP vão investir R\$ 10,5 bilhões no setor ▶ **p3**

COMBUSTÍVEIS Senado marca votação da PEC para hoje ▶ **p4**

Portugal anuncia construção de dois aeroportos na Grande Lisboa

Primeiro deles deve entrar em operação em 2026, diz ministro ▶ **p8**



EDITORIAL

O caminho virtuoso dos portos brasileiros

O setor portuário brasileiro acaba de garantir mais R\$ 10,47 bilhões em investimentos, com a contratação de seis projetos de terminais de uso privado (TUP). Esses empreendimentos foram oficializados na última terça-feira, com a assinatura dos termos de autorização desses projetos pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, em cerimônia na sede do Ministério, em Brasília, como mostra reportagem nesta edição do BE News.

Com esses, já são 138 contratos de TUP firmados pelo Governo Federal desde o início da atual gestão, em 2019.

Esses seis projetos são voltados à armazenagem e à movimentação de granéis sólidos, líquidos e gasosos, cargas gerais e conteinerizadas. E serão implantados nos portos de Ponta de Pedras (PA), Santos (SP), Santarém (PA), Manaus (AM) e Paranaguá (PR).

Na cerimônia de assinatura dos contratos, o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, destacou que esses terminais “vão tornar os portos mais modernos e produtivos, e quem ganha com isso é a cadeia logística, com mais competição e eficiência nas operações portuárias”.

Mas esses empreendimentos representam mais. Eles mostram o interesse e a confiança do setor privado no mercado portuário brasileiro, que conta hoje com uma legislação moderna e aberta ao investimento, com uma rede logística mais ampla e uma demanda crescente de cargas de comércio exterior.

O segmento avançou muito, mas ainda tem mais para crescer.

Há a necessidade de se melhorar os acessos terrestres aos complexos marítimos, subdimensionados para as necessidades presentes e, em especial, futuras da economia brasileira. E é preciso ainda ampliar a capilaridade das malhas ferroviárias - que hoje contam com uma legislação que facilita esse investimento - e contar com uma política tributária que ajude e impulse o transporte de cargas.

O setor portuário evoluiu, melhorou. E a iniciativa privada reconhece essa nova realidade, tanto que apoia esse mercado investindo fortemente nele. Mas mais desafios devem ser vencidos, etapas têm de ser cumpridas, nesse caminho virtuoso que os portos brasileiros têm trilhado nos últimos anos.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
AdobeStock



▲ CAPA

8 Governo de Portugal decide construir dois aeroportos na região de Lisboa

HUB

3 Polo Industrial de Manaus aumenta seu faturamento em 8,96% no primeiro quadrimestre

NACIONAL

3 Novos TUP vão investir R\$ 10,5 bilhões no setor portuário

TCU nega pedido do Governo para rever determinações em monitoramento sobre obras inacabadas

4 Senado marca votação da PEC dos Combustíveis para hoje

REGIÃO NORDESTE

5 Obras da Fiol II avançam 55% na Bahia, diz Valec

REGIÃO NORTE

5 Após 12 anos, Alenquer tem novo terminal hidroviário

REGIÃO SUDESTE

6 Santos: começam obras de melhoria na Avenida Perimetral

Tarifas de pedágio da Rodovia Fernão Dias serão reajustadas

REGIÃO SUL

7 Movimentação nos portos gaúchos caiu 78,76% devido à quebra de safra

Contribuições para concessão do Porto de Itajaí (SC) são aprovadas



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail publicidade@portalbenews.com.br



Zona Franca 1

O Polo Industrial de Manaus (PIM) aumentou seu faturamento em 8,96% no primeiro quadrimestre do ano, em relação ao mesmo período do ano passado. Nos quatro primeiros meses de 2022, ele registrou um movimento de R\$ 52,68 bilhões. Em dólar, com a valorização cambial, a alta foi ainda maior. O resultado chegou a US\$ 10,52 bilhões, 20,06% a mais. Apenas as exportações somaram US\$ 158,19 milhões, um crescimento de 13,46%. Os dados integram o balanço divulgado ontem pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema).

Zona Franca 2

Na análise dos subsetores do PIM, o de bens de informática do polo eletroeletrônico se mantém na liderança. Seu faturamento chegou a R\$ 17 bilhões no quadrimestre, uma ampliação de 29,22%. Outros destaques foram o polo de duas rodas (faturamento de R\$ 7,77 bi, 37,44%+), o químico (R\$ 4,33 bilhões, 5,48%+), o relojoeiro (R\$ 373,81 milhões, 34,71%+) e o de bebidas (R\$ 327,84 milhões, 25,2%+). Entre os produtos mais fabricados, estão as motocicletas, motonetas e ciclomotos - 443.153 unidades, 21,96% a mais.

Zona Franca 3

Conforme o balanço da Sufrema, em abril, havia 101.091 trabalhadores empregados, entre efetivos, temporários e terceirizados. Com esse resultado, a média mensal de emprego no quadrimestre foi de 105.012, semelhante à registrada em todo o ano passado (105.291).

Zona Franca 4

O superintendente da Zona Franca de Manaus, Algacir Polsin, comemorou os resultados do PIM, principalmente por mostrar uma evolução do faturamento global e que a média de empregos diretos gerados foi mantida, em relação ao ano passado. "Ainda assim, estamos monitorando diuturnamente os indicadores de desempenho e mantendo contato com diversas entidades de classe e representações do PIM de forma a ouvir demandas, identificar cenários e buscar continuamente formas de promover a melhoria do ambiente de negócios e dos padrões de competitividade da indústria regional", afirmou.

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

Novos TUP vão investir R\$ 10,5 bilhões no setor portuário

Projetos serão implantados nos portos de Ponta de Pedras (PA), Santos (SP), Santarém (PA), Manaus (AM) e Paranaguá (PR)



Divulgação/Minfra

Nery, Sampaio e Povia participaram da cerimônia de assinatura dos contratos na sede do Minfra, em Brasília, na última terça-feira

Seis projetos de terminais de uso privado (TUP) foram autorizados pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra). Os empreendimentos representam investimentos privados de R\$ 10,47 bilhões. Os contratos oficializando as obras foram assinados pelo ministro Marcelo Sampaio e representantes das instalações na última terça-feira, na sede do Minfra, em Brasília.

Desde 2019, já são 138 contratos de TUP firmados pela pasta.

A maioria dos contratos prevê a construção de novos terminais em áreas ainda não exploradas (denominadas greenfields ou campos verdes). Eles são voltados para a movimentação e a armazenagem de granéis sólidos, líquidos e gasosos, cargas gerais e containerizadas, ampliando a infraestrutura portuária do Brasil e a competitividade de seu comércio exterior.

Os termos firmados pelo Minfra foram com as empresas Louis Dreyfus Company Brasil,

Terminal Portuário Logístico (TPL), Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais (EBT), Atem's Distribuidora de Petróleo, Lajes Logística e Porto Guará Infraestrutura. Os empreendimentos estão planejados para os portos de Ponta de Pedras (PA), Santos

(SP), Santarém (PA), Manaus (AM) e Paranaguá (PR).

Na solenidade, o ministro Marcelo Sampaio destacou que os TUP são indutores de desenvolvimento e fortes símbolos de modernização para o setor. "Os terminais de uso privado têm boas práticas e exemplos

de gestão que devem ser seguidos. Os R\$ 10 bi de hoje vão tornar os portos mais modernos e produtivos, e quem ganha com isso é a cadeia logística, com mais competição e eficiência nas operações portuárias", afirmou.

Presente na cerimônia, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Minfra, Mario Povia, afirmou que "os portos deixaram de ser gargalos e viraram parte da solução de problemas do Brasil. Estamos entregando para o setor portuário uma logística eficiente, graças à legislação moderna que temos hoje e à confiança da iniciativa privada".

O evento também teve a participação do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery.

TCU nega pedido do Governo para rever determinações em monitoramento sobre obras inacabadas

Segundo o tribunal, houve falta de entendimento do Governo nas determinações dadas pelo órgão

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br



Divulgação/Agência CBIC

Segundo o monitoramento realizado pelo TCU em 2021, 27,1 mil empreendimentos estão paralisados no País

O Tribunal de Contas da União (TCU) negou pedido do governo de reexame em determinações dadas no relatório de auditoria, realizado em maio de 2021, que avaliou o cenário e a evolução da situação das obras paralisadas no País financiadas com recursos federais.

A decisão aconteceu durante reunião ordinária do tribunal nessa quarta-feira (29). Segundo o TCU, houve falta de entendimento da União acerca das determinações do órgão.

Na época, ao pedir os dados de 2020, o órgão de controle constatou que o número informado pelo governo federal de obras paralisadas era de 27,1 mil, resultado 30% menor em relação a 2018 (que registrava 38,4 mil empreendimentos incompletos).

O acórdão de 2021 deter-

minou o prazo de 30 dias para que 12 órgãos federais, entre eles o Ministério da Infraestrutura, encaminhassem ao Ministério da Economia informações atualizadas de seus contratos de obras públicas. A pasta deverá consolidar as informações recebidas e disponibilizá-las em sítio eletrônico (website), além de informar ao TCU, em 60 dias, sobre as medidas adotadas.

A Corte de Contas também determinou ao Comitê Interministerial de Governan-

ça (CIG) que, no prazo de 120 dias, emitisse orientação aos órgãos federais para que realizem estudos com o objetivo de tratar do risco de que obras paralisadas não sejam informadas ao Ministério da Economia.

De acordo com a União, a CIG não tem atribuição para dar cumprimento à determinação, uma vez que a execução de sua própria política de governança compete aos órgãos e às entidades, "incorporando os princípios e as diretrizes contidas no Decreto e as recomen-

dações oriundas do CIG, devendo instituir, para tanto, Comitês Internos de Governança";

Em resposta, o relator do processo, o ex-senador e ex-governador de Minas Gerais Antonio Anastasia, o monitoramento de maio de 2021 do tribunal se preocupou com o levantamento de obras iniciadas antes da necessidade de alimentação do Cadastro Integrado de Projetos de Investimentos (CIPI), criado no mesmo ano.

Portanto, foi determinado que a CIG emitisse orientação aos órgãos da Administração Federal para que "promovam estudos para tratar o risco de que obras paralisadas cujo início da execução seja anterior à alimentação do CIPI".

O objetivo do órgão é que as obras iniciadas antes do CIPI sejam informadas ao Ministério da Economia, impedindo que os empreendimentos continuem inacabados, além de informar "as medidas de controle adotadas, os prazos e devidos responsáveis por cada ação".

NACIONAL

Senado marca votação da PEC dos Combustíveis para hoje

Proposta, publicada ontem, estabelece situação de emergência para os transportes e cria o auxílio-caminhoneiro

Pedro França/Agência Senado



Randolfe Rodrigues encabeçou o pedido de adiamento de sessão, mas afirmou não ser contra o mérito da PEC

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O Senado Federal adiou nessa quarta-feira (29) a votação da Proposta de Emenda à Constituição 16/2022, conhecida como PEC dos Combustíveis. A proposta permite aos estados zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o gás de cozinha e o diesel. A tendência é que os trabalhos sejam retomados nesta quinta (30).

O adiamento aconteceu após parlamentares pedirem mais tempo para analisarem o parecer do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), apresentado na manhã de quarta. Em seu relatório, o parlamentar criou um auxílio de R\$1.000 para os caminhoneiros autônomos até o fim de 2022.

A criação de um novo auxílio

é proibida pela Lei das Eleições. A norma estabelece que a criação de benefícios é proibida "exceto em casos de calamidade pública, de estados de emergência ou de programas autorizados por lei e já em execução orçamentária no exercício anterior".

Para evitar uma possível judicialização, Fernando Bezerra, com apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anexou a PEC à outra proposta de emenda à Constituição (PEC1/2022), do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), que, segundo o relator, guarda mais relação com as propostas contidas no substitutivo.

De acordo com o relatório apresentado na manhã de quarta, Bezerra propõe o reconhecimento pela PEC, para 2022, de um "estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais decorrentes".

O pagamento dessas "medidas emergenciais transitórias" começaria no próximo dia

1º de agosto, em cinco parcelas, e iria até dezembro. O substitutivo de Bezerra também prevê "zerar a fila de espera" de beneficiários do Auxílio Brasil.

O pedido foi encabeçado pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que lidera os oposicionistas, e Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria. Os dois argumentaram a necessidade de analisar melhor as consequências do estado de emergência.

Mais benefícios e impactos

Além do auxílio para os caminhoneiros, o relatório prevê a transferência de até R\$ 2,5 bilhões da União para estados e municípios subsidiarem as redes de transporte público metropolitano e dentro das regiões integradas de desenvolvimento. O objetivo é atender à gratuidade para os idosos no transporte público coletivo.

O impacto financeiro de todos os benefícios previstos (que além dos caminhoneiros e transporte público englobam reajustes no Auxílio Brasil e no reajuste do auxílio-gás) será de

R\$ 38 bilhões. Uma diferença de mais de R\$ 9 bilhões levando em consideração o valor estimado pelo texto inicial da PEC.

Tramitação

Uma proposta de emenda à Constituição tem como objetivo alterar alguma parte do texto da Constituição Federal. Para que isto aconteça, é necessário um processo de ampla discussão, com dois turnos de votação na Câmara e no Senado Federal, sempre com quórum mínimo de três quintos dos parlamentares. Também são necessárias cinco sessões em primeiro turno e três para o segundo.

Para acelerar o processo de aprovação, os senadores vão realizar a chamada "quebra de interstício", um intervalo previsto no regimento interno para discussão entre votações. Com isso, as cinco sessões do primeiro turno de votação serão reduzidas para apenas uma, e o segundo turno de votação será convocado para uma sessão subsequente.

Tempo curto

O maior desafio será a aprova-

ção do texto na Câmara. Isso porque, a Constituição prevê que o recesso parlamentar ocorra no dia 17 de julho e a tramitação de uma PEC possui tramitação mais alongada. Primeiramente, é preciso que a proposta passe pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, que analisa se o texto do projeto está de acordo com os princípios constitucionais em prazo de no máximo cinco sessões do plenário da Casa.

Em caso de aprovação, é criada uma comissão especial para debater as questões específicas do tema abordado na PEC. A instalação de uma comissão especial necessita de determinação do presidente, Arthur Lira (PP-AL), e eleição de presidente, vice e relator. As votações devem acontecer de maneira presencial.

Além disso, a votação da PEC só pode acontecer após cinco sessões, que são contabilizadas de maneira diferente das sessões de Plenário, não podendo, portanto, ser encerradas e abertas no mesmo dia. Somente após toda essa tramitação, a proposta segue para análise do plenário da Câmara.

REGIÃO NORDESTE

Obras da Fiol II avançam 55% na Bahia, diz Valec

O trecho 2 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, localizado entre Caetitê e Barreiras, alcançou a marca de 100 quilômetros de novos trilhos

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

As obras do trecho 2 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol II) avançaram 55%, o que corresponde a uma extensão de 100 quilômetros de novos trilhos. A Fiol II compreende o trecho entre Caetitê e Barreiras, no estado da Bahia. As informações foram divulgadas pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa estatal federal que administra o empreendimento.

Segundo a Valec, na Fiol II, os segmentos que mais avançaram são os chamados lotes 5 (65% de execução) e 7 (70,6% concluído), com trabalho adiantado especialmente na região do município de Barreiras.

Atualmente, as obras da Fiol II geram mil empregos diretos e outros 2 mil indiretos, de acordo com informações da estatal.



Divulgação/Valec

▲ Segundo a Valec, os segmentos que mais avançaram são os lotes 5 (65% de execução) e 7 (70,6% concluído), com trabalho adiantado especialmente na região do município de Barreiras

Recentemente, o trecho de obras referente ao lote 6 foi relicitado. Os trabalhos serão conduzidos por uma empresa privada, mas um outro trecho de 18 quilômetros é executado com a participação do Exército Brasileiro. O trabalho representa a volta dos militares às obras ferroviárias no País após quase 20 anos afastados do serviço. Integrantes do Bata-

lhão Ferroviário participam de processo de transferência de conhecimento junto à Valec para contribuir com a expansão da malha ferroviária nacional.

A meta estipulada pelo Ministério da Infraestrutura no Plano Nacional de Logística (PNL) é elevar a participação do modal na logística de transportes do País dos atuais 20% para mais de 40% até 2035.

Fiol I

O trecho 1 da Fiol, localizado entre os municípios de Caetitê e Ilhéus, foi concedido à mineradora Bamin. A empresa do grupo Eurasian Resources Group (ERG) investirá R\$ 14,3 bilhões em um projeto de infraestrutura que será entregue em 2026.

O projeto engloba a expansão da Mina Pedra de Ferro, em Caetitê, e as construções da Fiol 1 e do Porto Sul, em Ilhéus. Para a Mina Pedra de Ferro, os investimentos são da ordem de R\$ 5 bilhões; na Fiol 1, R\$ 3,3 bilhões; e no Porto Sul, R\$ 6 bilhões.

Segundo a Bamin, a Mina Pedra de Ferro começou a operar em janeiro de 2021, ano em que produziu 1,07 milhão de toneladas de minério de ferro, quantidade exportada para Ásia e Europa. Com os novos investimentos, a companhia projeta um aumento de produção gradual, podendo chegar a 26 milhões de toneladas de minério de ferro anuais em 2026, mesmo ano em que a Fiol 1 e o Porto Sul deverão

COM APROXIMADAMENTE 1.527 QUILOMETROS DE EXTENSÃO, A FIOI LIGARÁ O FUTURO PORTO DE ILHÉUS (BA) AO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS (TO), PONTO EM QUE SE CONECTARÁ COM A FERROVIA NORTE-SUL

estar em operação.

A Fiol 1 terá capacidade de 60 milhões de toneladas por ano e o Porto Sul poderá movimentar até 42 milhões de toneladas/ano.

Projeto Fiol

O projeto total da Fiol envolve aproximadamente 1.527 quilômetros de extensão. Quando estiver concluído, ligará o futuro Porto de Ilhéus ao município de Figueirópolis, no Tocantins, ponto em que se conectará com a Ferrovia Norte-Sul.

REGIÃO NORTE

Após 12 anos, Alenquer tem novo terminal hidroviário

Atracadouro deve beneficiar mais de 60 mil habitantes no Baixo Amazonas

Divulgação/Governo dos Estado do Pará

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Após 12 anos interditado, foi entregue na terça-feira (28) o Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas de Alenquer (PA). O Governo do Estado, por meio da Companhia de Portos e Hidrovias (CPH), investiu cerca de R\$ 4,5 milhões na reconstrução e adequação do equipamento, que deve beneficiar mais de 60 mil habitantes da região do Baixo Amazonas.

Localizado na orla da cidade de Alenquer, às margens do rio Surubiú, o novo porto será administrado pela Prefeitura.

O terminal ficou inativo por 12 anos por problemas estruturais identificados pela Agência Nacional de Trans-

FORAM INVESTIDOS CERCA DE R\$ 4,5 MILHÃO NA RECONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO EQUIPAMENTO, QUE BENEFICIA MAIS DE 60 MIL HABITANTES E ESTAVA INTERDITADO HÁ 12 ANOS POR PROBLEMAS ESTRUTURAIS IDENTIFICADOS PELA ANTAQ

portes Aquaviários (Antaq), órgão federal que regulamenta esses espaços.

Com a reforma, o equipamento passa a contar com cadeiras, banheiros masculino, feminino e portadores de necessidades especiais, carrinhos para bagagens, guichês para vendas de passagens, lanchonete, salas para órgãos do governo, guarda-volumes, TV e bebedouro.



▲ O terminal conta agora com cadeiras, banheiros, carrinhos para bagagens, guichês para vendas de passagens, lanchonete, salas para órgãos do governo, guarda-volumes, TV e bebedouro. do insumo usado pelo agronegócio, principalmente da Rússia

nete, salas para órgãos do governo, guarda-volumes, TV e bebedouro.

O novo terminal também ganhou rampa metálica biarticulada coberta e flutuante coberto para embarque e desembarque de passageiros, equipamentos que o antigo porto não tinha. Há também

uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), além de sinalização, acessibilidade e paisagismo. Este é o décimo porto entregue pelo Estado na região do Baixo Amazonas.

"Muito feliz em estar aqui hoje entregando essa obra. Alenquer ficou sem um terminal por 12 anos", disse o

governador Helder Barbalho (MDB), que esteve na entrega do porto e conheceu a nova estrutura. "Nós hoje estamos devolvendo para Alenquer um local adequado, com acessibilidade, para que as pessoas que aqui chegam ou daqui partem possam estar num lugar digno para as pessoas, com acessibilidade, e também para o escoamento da produção, para a chegada dos produtos na cidade".

O prefeito de Alenquer, Tom Farias (MDB), destacou a parceria entre Estado e Prefeitura para desenvolver o município, principalmente a partir do novo porto. "Hoje é um dia importante, simboliza toda a parceria com o governo, já que resgata um antigo sonho do alenquerense com esse porto, que tem uma beleza única. Essa obra tem uma importância econômica e estratégica", disse ele.

REGIÃO SUDESTE

Santos: começam obras de melhoria na Avenida Perimetral

SPA investirá mais de R\$ 20 milhões em obras de readequação na região da Alemoa, microdrenagem e iluminação

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A Santos Port Authority (SPA), a Autoridade Portuária de Santos, iniciou, no último dia 23, as obras de melhoria da infraestrutura viária na Avenida Perimetral da Margem Direita do complexo marítimo, no trecho compreendido entre o Viaduto Paulo Benevides e a empresa Brasil Terminal Portuário, na região da Alemoa.

A obra deve ser concluída até novembro do ano que vem, com um investimento de mais de R\$ 20 milhões. O projeto prevê a readequação do sistema viário, aproveitando o traçado existente, além da reestruturação do sistema de microdrenagem da região. As obras também contemplam a implantação de um novo sistema de iluminação e sinalização viária.

Estão previstas mudanças no tráfego de veículos de acordo com os avanços das obras. No momento o estágio está voltado para limpeza do local, mobilização de máquinas e trabalhadores. Conforme as



Obras são realizadas no trecho entre o Viaduto Paulo Benevides e a instalação da Brasil Terminal Portuário, na região da Alemoa

etapas avançarem, a SPA informará as modificações no trânsito que serão necessárias.

A obra vai começar pela readequação do sistema viário, aproveitando o traçado existente. Posteriormente seguirá para reestruturação do complexo de microdrenagem e implantação do novo sistema de iluminação e sinalização viária.

O objetivo é racionalizar e

dar maior fluidez de tráfego aos veículos transportadores das cargas movimentadas nas atividades de exportação e importação do Porto de Santos.

Canal de drenagem

A obra contempla ainda a construção de um canal de drenagem, em substituição à vala de drenagem existente, para que a capacidade de vazão seja maior e, consequen-

temente, o escoamento das águas pluviais da rede municipal melhore.

As obras estão amparadas pela Licença de Instalação nº 1382/2021, expedida pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Entre outras condicionantes, no âmbito da licença está contemplada a realização de fiscalização periódica das inter-

venções com a execução do Programa de Gestão Ambiental de Construção, que é um instrumento gerencial para o monitoramento ambiental das atividades potencialmente impactantes da obra.

Por meio dele está prevista a realização de controle das emissões atmosféricas e de erosões, de monitoramento de resíduos sólidos e efluentes, dentre outras ações.

Tarifas de pedágio da Rodovia Fernão Dias serão reajustadas

Preços vão variar entre R\$ 1,35 e R\$ 16,20, dependendo do tipo de veículo, na BR-381/MG/SP

Divulgação/Arteris

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A rodovia Fernão Dias, principal via que liga São Paulo (SP) a Belo Horizonte (MG) serão reajustadas nos próximos dias. Os novos preços básicos vão variar entre R\$ 1,35 e R\$ 16,20, dependendo do tipo de veículo (veja o quadro).

A aprovação do reajuste foi decidida pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e publicada na terça-feira (28) no Diário Oficial da União. Segundo a agência reguladora, foi levada em conta para essa correção a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, que foi de 10,74%.

Faixas adicionais

A diretoria colegiada ainda aprovou a celebração do primeiro termo aditivo ao contra-



Novas tarifas entrarão em vigor três dias após a assinatura do primeiro termo aditivo

to de concessão relativo ao edital nº 002/2007, entre a ANTT e a concessionária Autopista Fernão Dias S/A. O objetivo, segundo a agência, é incluir novos investimentos relativos às obras das faixas adicionais nos segmentos entre os km

22+300 e km 65+800.

Os ajustes tarifários entrarão em vigor três dias após a assinatura do primeiro termo aditivo.

Praças de pedágio

Das seis praças de pedágios da

Rodovia Fernão Dias em Minas Gerais, quatro ficam no sul do estado, no Km 658,3 - em Santo Antônio do Amparo; no Km 735,5 - em Carmo da Cachoeira; no Km 805,2 - em São Gonçalo do Sapucaí e no Km 900,9 - em Cambuí.

NOVAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO DA BR-381/MG/SP

Automóvel, caminhonete e furgão R\$ 2,70

Caminhão leve, ônibus, caminhão-tractor e furgão R\$ 5,40

Automóvel com semirreboque e caminhonete com semirreboque R\$ 4,05

Caminhão, caminhão-tractor e caminhão-tractor com semirreboque - 3 eixos R\$ 8,10

Automóvel com reboque e caminhonete com reboque R\$ 5,40

Caminhão com reboque e caminhão-tractor com semirreboque - 4 eixos R\$ 10,80

Caminhão com reboque e caminhão-tractor com semirreboque - 5 eixos R\$ 13,50

Caminhão com reboque e caminhão-tractor com semirreboque - 6 eixos R\$ 16,20

Motociclistas, motonetas, bicicletas a motor e triciclos R\$ 1,35

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

REGIÃO SUL

Contribuições para concessão do Porto de Itajaí (SC) são aprovadas

Futuro contrato terá vigência de 35 anos, podendo ser prorrogado. Investimentos alcançarão cerca de R\$ 2,8 bilhões

Divulgação/Porto de Itajaí

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a análise das contribuições relacionadas à Audiência Pública nº 05/2022, que trata da licitação para a concessão do Porto de Itajaí (SC). A aprovação ocorreu na terça-feira (28). Agora, os autos serão encaminhados para o Ministério da Infraestrutura.

A concessão do Porto de Itajaí foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), por meio de decreto publicado em setembro de 2020. O modelo proposto prevê a concessão da administração do porto somada à operação de contêineres, podendo o futuro concessionário realizar as operações diretamente.

A concessão tem o objetivo de modernizar o modelo de gestão portuária e atrair novos investimentos em infra-



Futura concessionária deverá investir R\$ 920 milhões em infraestrutura nos primeiros três anos do contrato

estrutura, com aportes previstos na ordem de R\$ 2,8 bilhões, dos quais R\$ 920 milhões devem ser realizados nos primeiros três anos do contrato. Os investimentos têm como objetivo o desenvolvimento do terminal, a compra de equipamentos e melhorias no sistema de acostagem e aquaviário.

O porto terá ainda a am-

pliação das áreas de pátio em 90%, além da previsão de um novo terminal de contêineres, com capacidade estática adicional de 37.152 TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Com esses investimentos, o complexo poderá alcançar a capacidade operacional para movimentar 1,2 milhão TEUs/ano.

Além dos investimentos em ativos novos, deverá ser indenizado à atual arrendatária o valor de mais de R\$ 44,4 milhões, referente a ativos não amortizados/depreciados.

O contrato tem o prazo de 35 anos, prorrogável sucessivas vezes até o limite de 70 anos, a critério do Ministério da Infraestrutura. O valor esti-

O PORTO TERÁ AINDA A AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE PÁTIO EM 90%, ALÉM DA PREVISÃO DE UM NOVO TERMINAL DE CONTÊINERES, COM CAPACIDADE ESTÁTICA ADICIONAL DE 37.152 TEUS, ALCANÇANDO A CAPACIDADE OPERACIONAL PARA MOVIMENTAR 1,2 MILHÃO TEUS/ANO

mado do contrato de concessão, correspondente ao valor presente das receitas tarifárias e não-tarifárias, para todo o prazo, é de R\$ 7,8 bilhões. Já o valor de outorga, que servirá de critério de julgamento do leilão, deverá ser, no mínimo, de R\$603 milhões.

Poderão participar do leilão pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, incluindo instituições financeiras, bem como Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e entidades de previdência complementar.

Movimentação nos portos gaúchos caiu 78,76% devido à quebra de safra

Apesar do recuo, trigo, milho, fertilizantes e madeira tiveram desempenho positivo

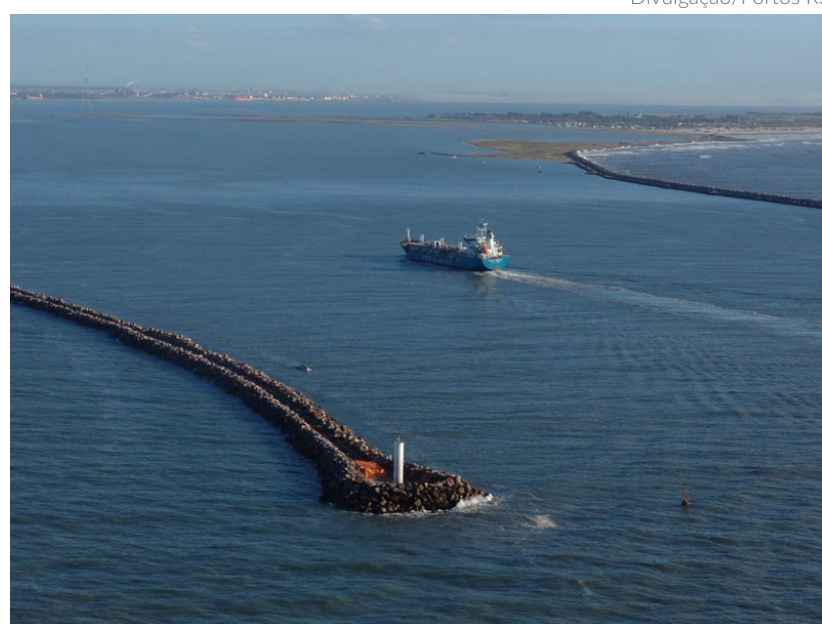
Divulgação/Portos RS

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A quebra de safra causada pela estiagem na região Sul do Brasil impactou a movimentação de grãos e insumos agrícolas nos portos do Rio Grande do Sul, de acordo com o balanço divulgado nesta semana pela Portos RS, Autoridade Portuária que administra os portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Segundo os dados, entre janeiro e maio de 2022, foram movimentadas 14,93 milhões de toneladas, 78,79% a menos que em 2021, e 3,79% menor que em 2020.

O trigo liderou as movimentações, chegando a 2,47 milhões de toneladas nos primeiros cinco meses do ano, um aumento de 266,83% em relação ao ano passado.

Em seguida vem o milho, com 518,13 mil toneladas, 88,53% a mais do que em



O destino das exportações pelos portos do Rio Grande do Sul é liderado pela China (20,57%), seguido por Arábia Saudita (6,37%), Marrocos (5,91%), Indonésia (5,78%), Vietnã (5,60%) e Portugal (4,92%)

2021. Entre os destaques estão ainda o cloreto de potássio, com 554 mil toneladas movimentadas, acréscimo de 44,26%; e os cavacos de madeira, com 631,9 mil toneladas, 40,45% superior ao mesmo período de 2021.

Outras movimentações, como soja em grão, farelo de soja, arroz, fosfatos, madeira,

celulose e demais produtos, somaram 11,271 milhões de toneladas.

O destino das exportações é liderado pela China (20,57%), seguido por Arábia Saudita (6,37%), Marrocos (5,91%), Indonésia (5,78%), Vietnã (5,60%) e Portugal (4,92%). Já as importações vieram da Argentina (13,92%),

O PORTO DO RIO GRANDE FOI O QUE MAIS MOVIMENTOU CARGAS NO ESTADO, CONTABILIZANDO QUASE 8 MILHÕES DE TONELADAS, 2,42% A MENOS DO QUE NOS PRIMEIROS CINCO MESES DO ANO PASSADO

China (8,41%), Estados Unidos (6,78%), Rússia (6,23%), Marrocos (5,00%) e Peru (4,92%).

Porto do Rio Grande

O Porto do Rio Grande foi o que mais movimentou cargas no estado, contabilizando quase 8 milhões de toneladas, 2,42% a menos do que nos primeiros cinco meses do ano passado.

As operações com contêineres também tiveram queda de 24,27% na comparação, mas ainda foi a mercadoria mais movimentada por lá.

Já a navegação por cabotagem, realizada somente pela costa brasileira, cresceu 2,75%.

Soja

A quebra da safra de soja no período 2021/22 foi ainda mais expressiva, de acordo com o mais recente levantamento da consultoria SAFRAS & Mercado, divulgado em maio.

Com a colheita praticamente finalizada, o Brasil está calculando os prejuízos provocados pela estiagem no sul do País.

Neste cenário, a safra de soja em 2021/22 deverá totalizar 122,3 milhões de toneladas, um recuo de 11,4% sobre a safra da temporada anterior, que ficou em 138,1 milhões de toneladas.

Em 4 de março, quando foi divulgado o relatório anterior, a projeção era de 125,08 milhões de toneladas. O corte sobre a estimativa anterior é de 2,22%. Se comparado com o potencial estimado no início da temporada - 144,7 milhões de toneladas -, o País deixou de colher 22,4 milhões de toneladas, o equivalente a 15,5%.

PORTUGAL

Governo de Portugal decide construir dois aeroportos na região de Lisboa

Segundo plano do ministro das Infraestruturas, uma instalação ficaria na cidade de Montijo e operaria já em 2026. Outra seria erguida em Alcochete em 2035

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

O governo português decidiu avançar na proposta de novos aeroportos na região de Lisboa. A notícia foi manchete nos principais jornais portugueses dessa quarta-feira (29). Segundo as últimas informações, o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, quer iniciar a construção o quanto antes de um aeródromo em Montijo, na margem esquerda do Rio Tejo, a cerca de 40 quilômetros do centro da capital lusitana (que fica na margem direita), para início de operações em 2026. O

objetivo é desafogar o atual aeroporto, situado na região da Portela e que vem sofrendo grande congestionamento de passageiros e aviões.

Nuno Santos pretende também entregar um novo aeroporto em Alcochete, a 23 quilômetros de Lisboa, também na margem esquerda do Rio Tejo, até 2035, quando seria desativado o atual aeroporto Humberto Delgado.

Para realizar seu objetivo, o ministro terá que apresentar projeto na Assembleia Nacional, desobrigando que os municípios afetados estejam de acordo com as instalações e também renovação do licenciamento ambiental. O impasse vinha se arrastando há tempos mas, agora, com maioria na

Assembleia, o Governo não esperará a concordância do PSD, partido de oposição que não é favorável à mudança nessa lei.

REPERCUSSÃO

A decisão do governo em dar andamento à implantação dos dois novos aeroportos provocou inúmeras reações em Lisboa. O presidente Marcelo Rebelo de Souza se mostrou surpreso. "Aquilo que eu sei, soube agora, é que há um despacho do senhor secretário de Estado sobre a matéria e, portanto, não estou em condições de estar a comentar o despacho", declarou.

Perguntado se o primeiro-ministro, António Costa, não o informou, o presidente da

República respondeu: "Não. Sobre estes contornos concretos da solução, não, porque, pelo que vejo, foi ajustado agora. Preciso saber os pormenores jurídicos, políticos, técnicos da solução, toda ela."

Diferentemente da cautela do presidente, os partidos com representação na Assembleia da República expressaram duras críticas à proposta apresentada pelo ministro Pedro Nuno Santos. E já se fala na convocação do ministro das Infraestruturas para se explicar no parlamento. O primeiro-ministro António Costa havia dito que a questão passaria pela liderança do PSD, o que aparentemente não ocorreu.

Já a Aeroportos de Portugal (ANA), que administra os

aeródromos no país, aplaudiu a decisão. Em comunicado, a concessionária disse que "saída a decisão do governo português que permitirá dar, a curto prazo, uma resposta viável e otimizada às necessidades de desenvolvimento aeroportuário da região de Lisboa, através de uma solução pragmática de investimento nos aeroportos Humberto Delgado e do Montijo".

A decisão sobre Montijo e Alcochete centralizou as reações no país e pouco se falou sobre a decisão do governo, também noticiada sem detalhes, de investir imediatamente 300 milhões de euros (R\$ 1,64 bilhão) na ampliação e melhorias no Aeroporto Humberto Delgado.

CENTRO-OESTE EXPORT 2022

4 e 5 de julho - Campo Grande - MS



Painel

Conexão do agronegócio com a infraestrutura portuária da região Nordeste



Edeon Vaz Ferreira
Diretor Executivo do Movimento Pró Logística e Presidente do Conselho do Centro-Oeste Export



Manoel Ferreira
Diretor da Agemar Infraestrutura e Logística



Mario Jorge Cavalcanti
Diretor Comercial da Companhia Docas do Ceará

+ participantes

PATROCÍNIO



APOIO INSTITUCIONAL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA



REALIZAÇÃO

